



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682576 - SP (2021/0233780-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : NELSON JOSE NEVES FILHO
ADVOGADO : NELSON JOSE NEVES FILHO - SP288634
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AUREA ANUNCIATA NOCHI SOLA (PRESO)
CORRÉU : ALEX SANDRO LOPES DOS SANTOS
CORRÉU : LAERCIO DA SILVA
CORRÉU : FABIO ROSA DE JESUS
CORRÉU : MANOEL DOS SANTOS NETO
CORRÉU : SILVANO RODRIGUES DE BRITO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AUREA ANUNCIATA NOCHI SOLA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2166274-85.2021.8.26.0000).

A paciente foi presa preventivamente e denunciada como incurso no art. 121, § 2º, incisos I e III, do Código Penal.

O impetrante sustenta que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada.

Argumenta que a ré sequer tinha conhecimento da acusação, inexistindo evidências de fuga do distrito da culpa.

Aduz que a acusada é primária, possui bons antecedentes, residência fixa e se compromete a comparecer a todos os atos do processo, o que demonstraria a desnecessidade da segregação cautelar.

Afirma que a paciente é pessoa idosa e possui diversas comorbidades, enquadrando-se no grupo de risco da covid-19, o que reforçaria a impossibilidade de manutenção de sua prisão preventiva, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade à paciente ou, alternativamente, a substituição da custódia por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.
FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE

MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada fundamentou, suficientemente, o indeferimento da liminar (fls. 138-139):

A paciente foi pronunciada em 2002 (fls. 415/417), por homicídio duplamente qualificado (artigo 121, incisos I e III, do Código Penal), sobrevivendo decretação de sua preventiva em 23 de outubro de 2002, cujo mandado somente foi cumprido em 29 de junho de 2021.

Nesse ínterim, embaraçou a aplicação da lei penal, demonstrando necessidade da manutenção da prisão preventiva.

Vale elucidar que houve designação, nos autos de origem, da sessão plenária, marcada para o dia 27 de outubro de 2021, às 10 horas, não se vislumbrando excesso de prazo.

[...]

Por aqui, é prematura, nos limites desse juízo de cognição sumária, a imediata soltura em razão de se tratar de crime de extrema gravidade.

Assim, melhor que se aguarde o regular desenvolvimento do processo para que seja possível avaliar com maior profundidade a conveniência e oportunidade do pedido.

Ademais, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19;

b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque, ao indeferir a liminar, o relator registrou o seguinte (e-STJ fls. 138-138):

Por fim, a simples alegação da perspectiva da paciente ser contaminada pela Covid-19, desprovida de prova concreta de que no presídio em que ela se encontra recolhida o risco é patente e que nenhuma providência foi adotada pela direção prisional, não pode ser aceita. Ademais, nessa hipótese (risco iminente), cabe ao impetrante peticionar ao MM Juízo Corregedor do indigitado presídio para que tome as providências saneadoras devidas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência